

Povos Indígenas no Brasil

Fonte FOLHA DE S. PAULO

Class.: 237

Data 16/03/77

Pg.: _____

Rangel não comenta nota do Cimi com críticas à Funai

BRASILIA (Sucursal) — O ministro Rangel Reis, do Interior, recusou-se a comentar o conteúdo do relatório da Regional-Sul do Conselho Indigenista Missionário porque não lhe cabe "fazer comentários a respeito da Igreja". A nota do CIMI critica a política de empregulismo da Funai e a omissão da Igreja do Rio Grande do Sul com relação à problemática indígena.

Igual reação teve o presidente do Órgão indigenista, general Ismarth de Oliveira, que afirmou serem infundadas as denúncias feitas à Funai, acrescentando "que acusações como essa não leva a coisa nenhuma e nem beneficia o índio".

PATRIMONIO

Segundo o relatório expedido pela Regional Sul do CIMI, entre as causas da miséria atual das populações indígenas estão "a burocracia e o empregulismo na Funai" que estariam consumindo o patrimônio indígena através dos altos salários pagos aos funcionários do órgão.

"Quem conhece bem a estrutura da Funai, disse Ismarth, sabe que não existem os tais prédios luxuosos que o CIMI afirma estarem sendo destinados aos delegados do órgão. Ao contrário, estamos enfrentando sérios problemas relacionados com acomodações para nossos funcionários em diversos pontos do País".

Em um outro trecho, o CIMI faz alusão às novas instalações da sede da Funai "qua passou a ocupar 10 andares com centenas de funcionários, todos eles com altos salários, que vão dos Cr\$ 3 mil pagos aos servidores de cafezinho até os Cr\$ 30 mil destinados ao presidente da Funai".

Explicou o general Ismarth, que o atual prédio onde funciona a Funai não ocupa 10 andares e sim 7 e que foi herdado da Serphau "e não tem nada de luxuoso. O próprio gabinete da presidência, é bastante simples para um órgão como a Funai que é do segundo escalão dentro da estrutura governamental". Adiantou que

existe, apenas, a preocupação de dar condições funcionais para os que trabalham para a Funai.

Quanto a usurpação do patrimônio indígena, o presidente da Funai lembrou a criação, há um ano, do Prodec — fundo destinado a reverter para as comunidades indígenas toda a renda obtida na venda de artesanatos, madeiras, entre outras áreas de arrecadação de recursos.

"Sempre confessei que a política da Funai anterior ao Prodec era injusta pois, afinal, o índio não se beneficiava do seu patrimônio. Quem escreveu tal relatório está completamente desinformado quanto à nova filosofia da Funai. Atualmente, o patrimônio é revertido às comunidades em forma de benfeitorias e após consulta aos próprios grupos indígenas".

Embora se recusasse a comentar o trecho da nota referente à omissão da Igreja no sul do País — "porque tenho por princípio não me meter em assuntos pertinentes à Igreja" — o general acha que ela deve se interessar pela problemática indígena dentro do espírito de colaboração nos trabalhos desenvolvidos pela Funai, órgão responsável pelas comunidades indígenas do Brasil.

Quanto a proposta de diálogo feita pelo CIMI por ocasião da última reunião da entidade, realizada em Goiânia, há uma semana, disse o general Ismarth que não vê nenhuma intenção de reaproximação do CIMI com a Funai, "ou então não existe unidade dentro do CIMI".

Reiterou, também, sua opinião sobre o CIMI, ao dizer que se a entidade funcionasse com base na filosofia sob a qual foi criada, a colaboração do Conselho seria plenamente válida. "Continuo achando que a filosofia do CIMI sofreu alterações profundas desde sua fundação, quando os iniciadores do movimento foram aliçados pelo novo secretário".

A saída do Ministério do Interior, Rangel Reis declarou, de forma lacônica, que não tinha nenhum comentário a fazer sobre o relatório do CIMI: "Não me cabe fazer nenhum comentário sobre a atuação da Igreja".